

ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE NONOAI, RS

ACCESSIBILITY FOR PEOPLE WITH PHYSICAL DISABILITIES: A STUDY IN A PUBLIC HIGH SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF NONOAI, RS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-034>

Daniele Gomiero Polli Sartori

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Medianeira – Brasil

E-mail: daniele_gp@hotmail.com

Cidmar Ortiz dos Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Medianeira – Brasil

E-mail: cidmar@utfpr.edu.br

RESUMO

A educação inclusiva tem sido amplamente discutida, principalmente no que diz respeito à acessibilidade. Com isso, este artigo tem como objetivo apresentar a análise da acessibilidade das pessoas com deficiência física na única escola de ensino médio do município de Nonoai, RS. Utilizou-se uma lista de verificação voltada à acessibilidade do deficiente físico, elaborada com base na ABNT NBR 9050/2015 e requisitos complementares, aplicada no ambiente escolar no mês de junho de 2019. Há 02 alunos com deficiência física matriculados no Ensino Médio. Através da análise dos dados, evidenciou-se que a escola não é inclusiva, pois há 07 salas de aula, 03 laboratórios, 04 sanitários e 01 auditório inacessíveis, seja pela ausência de elevadores e plataformas elevatórias ou pela presença de rampas, escadas e corrimãos inadequados. Em todos os ambientes se verificou a falta de sinalização. Não há vagas destinadas a veículos que transportam pessoas com deficiência na via em que se dá o acesso principal à escola, assim como a totalidade dos sanitários não atendem aos critérios de acessibilidade. Aspectos relativos aos acessos internos, à circulação horizontal, às esquadrias, aos mobiliários, à biblioteca, ao refeitório e à cantina não atendem na íntegra aos parâmetros avaliados. Desta forma, 55% dos aspectos observáveis encontram-se não conformes, 28% parcialmente conformes e apenas 17% conformes. Intervenções fazem-se necessárias com a finalidade de eliminar as barreiras arquitetônicas e tornar o ambiente escolar acessível.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Deficiência física; Barreiras arquitetônicas.

ABSTRACT

Inclusive education has been widely discussed, especially with regard to accessibility. The purpose of this article is to present the analysis of the accessibility of people with physical disabilities in the only high school in the municipality of Nonoai, RS.

school of the Nonoai city, RS. A checklist on accessibility of the disabled people, based on ABNT NBR 9050/2015 and supplementary requirements, was applied in the school environment in June 2019. There are 02 students with physical disabilities registered in this high school. Through the data analysis, it was evidenced that the school is not inclusive, since there are 07 classrooms, 03 laboratories, 04 toilets and 01 auditorium inaccessible, either by the absence of elevators and elevating platforms or by the presence of ramps, stairs and handrails inadequate. In all environments, there was a lack of signaling. There are no parking lots for vehicles transporting people with disabilities on the main school access, also all the toilets do not meet accessibility criteria. Aspects related to internal access, horizontal circulation, frames, furniture, library, cafeteria and canteen does not fully meet the parameters evaluated. In this way, 55% of the observable aspects does not comply, 28% are partially in accordance and just 17% comply with the requirements. Interventions are necessary to eliminate architectural barriers and make the school environment accessible. interventions are necessary in order to eliminate architectural barriers and make the school environment accessible.

Keywords: Inclusion; Accessibility; Physical disability; Architectural barriers.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação inclusiva tem sido amplamente discutida, tanto no ambiente escolar, quanto por instituições ligadas à educação de pessoas com deficiência. Com o alcance social desse tema e a promulgação de leis que o amparam, tem-se constituído um novo panorama, pautado na valorização da diversidade humana e, portanto, no respeito à igualdade do direito da pessoa com deficiência à educação (De Melo; Martins, 2007). Neste sentido, a educação inclusiva, sob a óptica da escola genuinamente inclusiva, supõe a organização do ambiente escolar de modo a superar a deficiência (Lamônica et al., 2008).

No que tange ao alcance político dessa temática, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), constitui-se um marco no propósito de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo dos direitos humanos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e promover o respeito pela dignidade inerente (Lopes, 2009).

O Brasil aderiu à Convenção em 30 de março de 2007, em Nova York, e por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, deu-se a vigência no plano jurídico interno (Brasil, 2009). Com o progresso legal, em 6 de julho de 2015 é instituída a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual, em se tratando do direito à educação, assegura a existência de um sistema educacional inclusivo e acessibilidade às edificações, aos

ambientes e às atividades concernentes em todas as modalidades, etapas e níveis de ensino. Segundo o Estatuto, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Em se tratando de deficiência física, entende-se que é todo e qualquer comprometimento da mobilidade, coordenação motora geral ou da fala, causado por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas ou ainda por má formação congênita ou adquirida (Associação, 2004).

Ainda hoje, tem-se um número pequeno de alunos com deficiência física nas escolas públicas (Gallo et al., 2011, p. 202). Na mesma ordem de grandeza, muitas das escolas não propiciam o efetivo acolhimento desses estudantes, seja pelo despreparo de seus profissionais ou por não atenderem às condições mínimas de acessibilidade (Tagliari; De Oliveira, 2006, p. 14).

Esta supressão da acessibilidade muitas vezes se correlaciona às barreiras arquitetônicas, ou seja, aos obstáculos decorrentes das edificações ou construções que impossibilitam a pessoa com deficiência física de exercer o direito básico e primordial de todo e qualquer cidadão: a liberdade de ir e vir. São exemplos de barreiras arquitetônicas: escadas, degraus, rampas com inclinação exagerada, banheiros não adaptados, portas e elevadores estreitos, dentre outros (Siqueira et al., 2009)

Em se tratando do Ensino Médio, no ambiente escolar inclusivo, o estudante com deficiência tem a oportunidade de socializar-se e, por meio dos relacionamentos interpessoais, vivenciar situações que possibilitam o desenvolvimento da autonomia intelectual, ética e estética, tornando-se um ser socialmente atuante, rompendo, assim, a barreira do preconceito (Kuenzer, 2010; Brasil, 2015).

Sendo assim, para que o aluno com deficiência física tenha esta oportunidade de socialização, faz-se necessário que a escola proporcione as mínimas condições de acessibilidade. Porém, mesmo com a garantia legal do acesso, permanência e sucesso na escola, na maioria das vezes a realidade é outra, o seja, os processos de inclusão não são efetivos, havendo, por consequência, um grande índice de evasão escolar desses estudantes (Costa; De Oliveira, 2006).

Neste contexto, o presente artigo tem o objetivo de apresentar a análise das condições de acessibilidade das pessoas com deficiência física na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina, única escola pública do município de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul, a ofertar o Ensino Médio.

2 METODOLOGIA

Este artigo apresenta um estudo analítico, quantitativo e descritivo, realizado por meio de pesquisa *in loco*, pautada em fatos objetivamente detectáveis e observáveis quanto às condições arquitetônicas e mobiliários da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina, localizada no município de Nonoai, RS. A Figura 1 refere-se à vista aérea da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina.

Após apresentar o projeto de pesquisa para o corpo diretivo da escola e obter a autorização para executá-lo, definiu-se as áreas de amostragem com base nos ambientes escolares acessados por estudantes do Ensino Médio nos turnos de funcionamento da escola.

O levantamento dos dados foi realizado durante o mês de junho de 2019, a partir de uma lista de verificação voltada à acessibilidade do deficiente físico, adaptada do Laudo-Padrão, o qual integra o Anexo I do Manual de Adaptações de Acessibilidade, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Brasil, 2016).

Esta lista de verificação tem por base a ABNT NBR 9050/2015, a qual estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. De forma complementar, a lista de verificação remete-se aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 13.146/2015; Decreto nº 5.296/2004; Resolução Contran nº 304/2008; ABNT NBR 9077/2001, item 4.8; ABNT NBR NM 313/2007; ABNT NBR ISO 9386-1/2013 (ABNT, 2015, 2001, 2007, 2013; Brasil, 2015, 2004, 2008).

Os ambientes observados e respectivos objetos de análise encontram-se discriminados na Tabela 1.

Tabela 1. Correlação ente o ambiente escolar e o objeto de análise.

Ambiente	Objeto de análise	
Entorno.	1. Calçadas ou passeio público.	1.1 Guias rebaixados para pedestres. 1.2 Guias rebaixadas para veículos e acesso à garagem. 1.3 Juntas, grelhas e tampas de inspeção em rotas acessíveis.
	2. Estacionamento.	2.1 Vagas destinadas a veículos que transportem pessoa com deficiência.
Acessos.	3. Acessos principais e secundários.	3.1 Características das entradas.
	4. Circulação horizontal.	4.1 Pisos. 4.2 Corredores.
	5. Circulação vertical.	5.1 Rampas. 5.2 Escadas. 5.3 Elevadores. 5.4 Plataformas elevatórias.
	6. Esquadrias.	6.1 Portas.
Circulação interna.	7. Sanitários coletivos.	7.1 Lavatório. 7.2 Acessórios. 7.3 Bacia sanitária. 7.4 Mictório.
	8. Mobiliários.	8.1 Bebedouro; 8.2 Balcão de atendimento, informações e/ou recepções. 8.3 Assentos fixos. 8.4 Telefones públicos. 8.5 Interior das salas de aula e laboratórios.
Circulação interna.	9. Biblioteca.	9.1 Características e espaço de circulação. 9.2 Mesas.
	10. Auditório.	10.1 Acessos, espaços e assentos reservados às pessoas com deficiência.

Ambiente	Objeto de análise	
	11. Quadras de esportes.	11.1 Acessos, espaços e assentos reservados às pessoas com deficiência nas arquibancadas.
	12. Refeitório e cantina.	12.1 Espaço de circulação.
		12.2 Mesas.
	13. Sinalização.	12.3 Superfícies de apoio.
		13.1 Placas de sinalização.

Fonte: Autoria própria, 2019.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A população estimada do município de Nonoai, RS no ano que antecedeu à realização deste estudo, era de 11760 pessoas (Brasil, 2018). Conforme Gráfico 1, em 18 de junho de 2019, a Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina possuía 998 alunos matriculados, desses 380 no Ensino Médio, dentre os quais há alunos indígenas da etnia Kaingang, oriundos das terras indígenas localizadas na área de abrangência do município.

De acordo com o Gráfico 2, no Ensino Fundamental há 19 estudantes com algum tipo deficiência, ou seja, física, mental, intelectual ou sensorial, dentre esses 01 aluno apresenta deficiência física. No Ensino Médio, tanto regular quanto na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), há 03 alunos com algum tipo de deficiência, desses 02 apresentam deficiência física, sendo 01 cadeirante. Dentre os indígenas matriculados, não há parecer descritivo que remeta à deficiência.

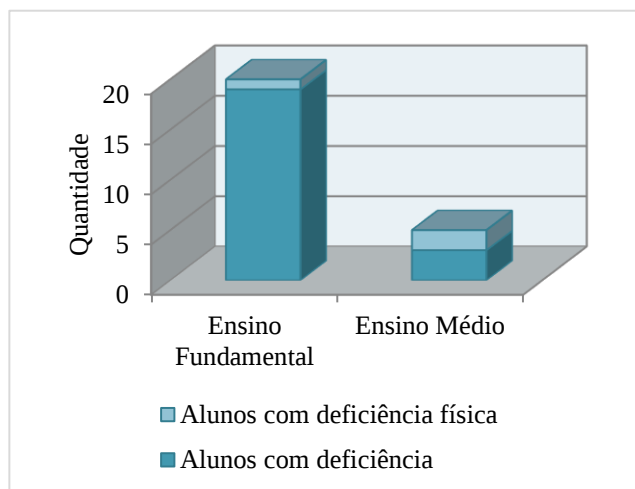
A Figura 1 - Vista aérea da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina.



Fonte: Acervo da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina, 2019.

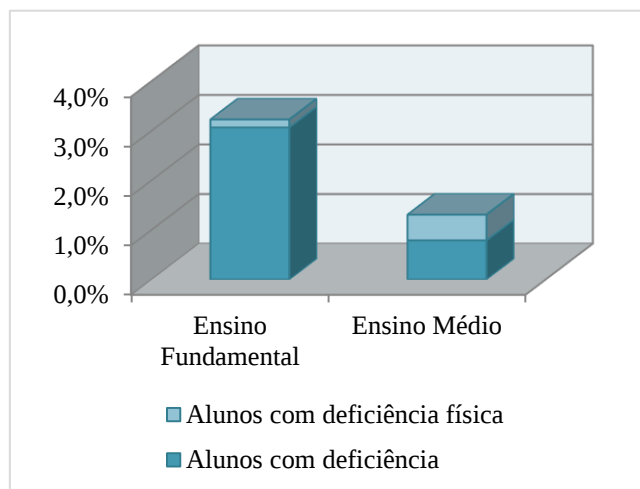
ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE NONOAI, RS

Gráfico 1 - Alunos com deficiência matriculados na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina, 2019.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Gráfico 2 - Percentual de alunos com deficiência na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina, 2019.



Fonte: Autoria própria, 2019.

A Tabela 2 correspondente à análise da conformidade quanto ao atendimento dos requisitos de acessibilidade de estudantes com deficiência física na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina no que diz respeito aos ambientes externos, tais como calçadas e estacionamentos. Vale ressaltar que a escola não possui estacionamento interno, porém na via urbana em que se dá o principal acesso às dependências, não há vagas reservadas para veículos que transportam pessoas com deficiência. Também não foi observada a presença de juntas, grelhas e tampas de inspeção nas calçadas, o que é um aspecto positivo.

Tabela 2 – Análise do atendimento aos requisitos nos ambientes 1 e 2.

Objeto de análise				Conformidade		
Ambiente	Requisito	Aspecto	Requisito	Sim	Parcial	Não
1. Calçadas ou passeio público.	4.3.3; 6.1.1.2; 6.12.1; 6.12.2; 6.12.3.	1.1 Guias rebaixados para pedestres.	6.3.2; 6.12.7.1; 6.12.7.3.	☐	☐	☒
		1.2 Guias rebaixadas para veículos e acesso à garagem.	6.12.4; 6.15.	☒	☐	☐
		1.3 Juntas, grelhas e tampas de inspeção em rotas acessíveis.	6.3.5; 6.3.6.	☒	☐	☐
2. Estacionamento.	6.3.2; 6.12.7.3; 6.14.1.2; 6.14.3.	2.1 Vagas destinadas a veículos que transportem pessoa com deficiência.	Lei nº 3146/2015; Resolução Contran nº 304/208.	☐	☐	☒

Fonte: Autoria própria, 2019.

Na Tabela 3 verifica-se a avaliação da conformidade em relação aos requisitos referentes aos acessos principais e secundários, condições de circulação horizontal, vertical e esquadrias encontradas na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina. Durante a avaliação das instalações, foi possível observar que a escola possui edificações construídas em diferentes momentos, portanto não há uma padronização

arquitetônica, desta forma, no que diz respeito aos acessos, espaços de circulação horizontal, vertical e esquadrias, encontrou-se uma relevante variabilidade dimensional e de materiais empregados. Observou-se a presença de grelhas de inspeção não adequadas no que seria a rota de acesso ao pátio, refeitório e quadras de esporte.

Tabela 3 – Análise do atendimento aos requisitos nos ambientes 3, 4, 5 e 6.

Objeto de análise				Conformidade		
Ambiente	Requisito	Aspecto	Requisito	Sim	Parcial	Não
3. Acessos principais e secundários.	5.3.2; 6.2; 6.2.2; 6.2.8, Seção 5.	3.1 Características das entradas.	6.1; 6.1.1.2; 6.2.5; 6.2.7; 6.3.4.1; 6.3.7; 6.6.2.1; 6.6.2.5; 6.6.3; 6.6.4; 6.9; 6.11.2.4; 6.11.2.11; 6.11.2.13; Anexo B	☐	☒	☐
	4.3.3; 6.1.2.	4.1 Pisos.	6.3.2.	☐	☒	☐
4. Circulação horizontal.		4.2 Corredores.	6.11.1.	☒	☐	☐
		5.1 Rampas.	4.6.5; 6.1.1.2; 6.3.2; 6.6.2, tabela 6; 6.6.2.4; 6.6.2.5; 6.6.2.8; 6.6.3; 6.6.4; 6.9.1; 6.9.2.1; 6.9.2.2; 6.9.2.3; 6.9.4; 6.9.5; NBR 9077/2001, item 4.8.	☐	☒	☐
5. Circulação vertical.	6.3.	5.2 Escadas.	4.6.5; 6.1; 6.3.2; 6.4.5; 6.6.2.8; 6.7.1; 6.7.2; 6.8.2; 6.8.4; 6.8.7; 6.8.8; 6.9.1; 6.9.2.1; 6.9.2.2; 6.9.2.3; 6.9.4; 6.9.4.1; 6.9.5; NBR 9077/2001, item 4.8.	☐	☐	☒
		5.3 Elevadores.	5.3.1; 5.3.2.3; 5.3.2.1; 5.4.3; 5.4.4.3; 6.1.1.2; 6.3.1; Anexo B; NBR NM 313/2007.	☐	☐	☒
		5.4 Plataformas elevatórias.	5.5.2; 6.1.1.2; 6.2.5; 6.10.3.1; 6.10.3.2; 6.10.3.3; 6.10.4.2; 6.10.4.3; ISO 9386/2013.	☐	☐	☒
6. Esquadrias.	–	6.1 Portas.	4.6.6.1; 6.3.4; 6.11.2.1; 6.11.2.2; 6.11.2.3; 6.11.2.4; 6.11.2.6; 6.11.2.7; 6.11.2.8; 6.11.2.13; 6.11.3.	☐	☒	☐

Fonte: Autoria própria, 2019.

Ainda sobre a avaliação constante na Tabela 3, tem-se que a ausência de elevador e plataformas elevatórias na edificação com 03 pavimentos (térreo, 1º e 2º andares), torna inacessível: 07 salas de aula, 03 laboratórios, 04 sanitários (02 femininos e 02 masculinos) e o auditório. No mais, a escola possui 23 salas de aula e somente 16 encontram-se no pavimento térreo.

Na Tabela 4 é possível constatar a condição de acessibilidade dos 08 sanitários coletivos presentes na escola, sendo 04 femininos e 04 masculinos. Desses, somente 01, localizado no pavimento térreo, possui box sanitário contendo barras de apoio, porém demais requisitos de acessibilidade não são atendidos.

ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE NONOAI, RS

Tabela 4 – Análise do atendimento aos requisitos nos ambientes 7 e 8.

Objeto de análise				Conformidade		
Ambiente	Requisito	Aspecto	Requisito	Sim	Parcial	Não
7. Sanitários coletivos.	4.6.6.1; 5.6.4.1; 6.3.2; 6.3.4.1; 6.11.2; 6.11.2.4; 6.11.2.7; 7.3.1; 7.4.3; 7.5, fig. 99; 7.5, fig. 100; 7.5 (f); 7.10.1; 7.10.2; 7.11.5; Decreto 5296/2004, Art. 22.	7.1 Lavatório.	7.5; 7.5, fig. 98; 7.8; 7.8, fig. 112; 7.8.1; 7.8.2; 7.10.3.	☐	☐	☒
		7.2 Acessórios.	4.6.2; 7.11; 7.11.1; 7.11.2; 7.11.3; 7.11.4.	☐	☐	☒
		7.3 Bacia sanitária.	7.5; 7.7.2.1; 7.7.2.2; 7.7.2.3.1; 7.7.2.3.2; 7.7.2.3.3; 7.7.3.1; 7.7.3.2; 7.6.3.	☐	☐	☒
		7.4 Mictório.	7.10.4; 7.10.4.1; 7.10.4.2; 7.10.4.3.	☐	☐	☒
8. Mobiliários.	—	8.1 Bebedouro;	7.11; 7.11.1; 7.11.3; 7.11.4.	☐	☒	☐
		8.2 Balcão de atendimento, informações e/ou recepções.	9.2.1.1; 9.2.1.3; 9.2.1.4; 9.2.1.5.	☐	☐	☒
		8.3 Assentos fixos.	4.7.1; 5.3.5.1; 6.1; 8.9.3; 10.19.3; Decreto nº 5.296/2004.	☐	☐	☒
		8.4 Telefones públicos.	8.1; 8.3.2.	☐	☐	☒
		8.5 Interior das salas de aula e laboratórios.	4.3; 9.3.1.3; 9.3.1.4.	☐	☒	☐

Fonte: Autoria própria, 2019.

Quanto aos mobiliários, cujo resultado da análise é retratado na Tabela 4, destaca-se a ausência de mesas adequadas nas salas de aula. Frente à necessidade, e na tentativa de suprir essa ausência, o cadeirante matriculado no 1º ano do Ensino Médio, faz uso da mesa do professor, porém essa não atende às especificações técnicas de acessibilidade. No que diz respeito à biblioteca, auditório, 02 quadras de esportes, refeitório e presença de sinalização, o resultado da análise encontra-se na Tabela 5.

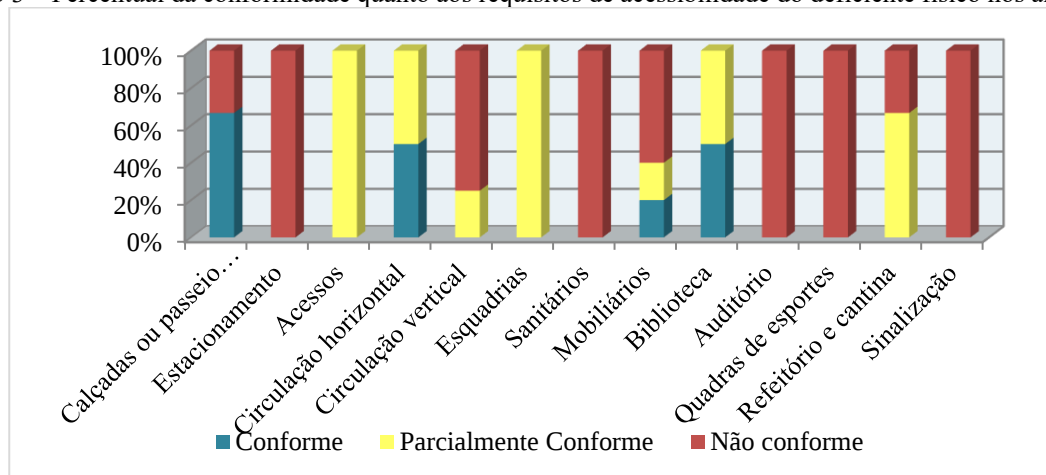
Desta forma, os percentuais de atendimento aos requisitos de acessibilidade do deficiente físico nos ambientes da escola expressam-se no Gráfico 3.

Tabela 5 – Análise do atendimento aos requisitos nos ambientes 9, 10, 11, 12 e 13.

Objeto de análise				Conformidade		
Ambiente	Requisito	Aspecto	Requisito	Sim	Parcial	Não
9. Biblioteca.	–	9.1 Características e espaços de circulação.	4.3; 10.16; 10.16.3; 10.16.4 A; 10.16.6.	☐	☒	☐
		9.2 Mesas.	10.16.2.	☒	☐	☐
10. Auditório.	–	10.1 Acessos, espaços e assentos reservados às pessoas com deficiência.	10.3.1; 10.3.2; 10.3.4; 10.3.4.2; 10.3.4.4; 10.3.5; 10.4.3; 10.4.4; Decreto nº 5.296/2004.	☐	☐	☒
11. Quadras de esportes.	–	11.1 Acessos, espaços e assentos reservados às pessoas com deficiência.	10.3.1; 10.3.2; 10.3.4; 10.3.4.2; 10.3.4.4; 10.3.5; Decreto nº 5.296/2004.	☐	☐	☒
12. Refeitório e cantina.	–	12.1 Espaço de circulação.	9.2.2.1; 9.2.2.2; 9.3.3.3.	☐	☒	☐
		12.2 Mesas.	4.3; 9.3.2.3; 9.3.2.4; 10.8.1.	☐	☒	☐
		12.3 Superfícies de apoio.	9.3.3.1; 9.3.3.2; 9.3.3.3.	☐	☐	☒
13. Sinalização.	5.5.1.1; 5.5.1.2; 5.5.1.3; 5.5.2.1; 5.5.2.2.	13.1 Placas de sinalização.	5.2.8.1.2; 5.2.8.1.4; 5.3.5.1.	☐	☐	☒

Fonte: Autoria própria, 2019.

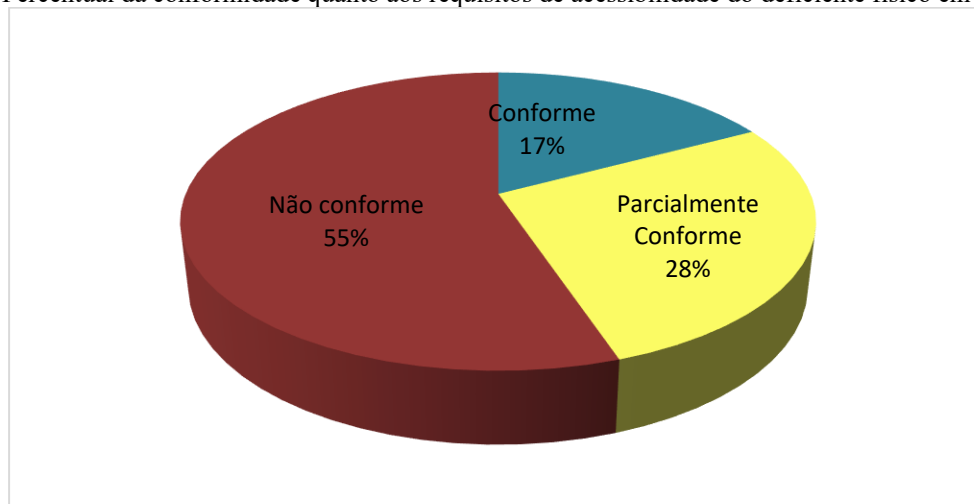
Gráfico 3 – Percentual da conformidade quanto aos requisitos de acessibilidade do deficiente físico nos ambientes.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Sendo assim, o Gráfico 4 apresenta a síntese quanto à conformidade em relação aos requisitos de acessibilidade em todo o ambiente escolar, composto por 13 ambientes sob a perspectiva dos 29 aspectos analisados.

Gráfico 4 – Percentual da conformidade quanto aos requisitos de acessibilidade do deficiente físico em toda a escola.



Fonte: Autoria própria, 2019.

4 DISCUSSÃO

Conforme censo demográfico realizado em 2010, no Brasil há mais de 12,5 milhões de brasileiros com deficiência, o que corresponde a 6,7% da população (Brasil, 2010). De acordo com o presente estudo realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina, o percentual de alunos com deficiência matriculados é de 2,2%, sendo 3,1% estudantes do Ensino Fundamental e 0,8% do Ensino Médio. Desta forma, conclui-se que o percentual de alunos com deficiência na escola é inferior à estatística nacional.

Segundo pesquisa realizada por Tagliari (2006, p. 14), talvez os baixos percentuais de alunos com deficiência incluídos nas escolas decorra do fato dessas não fornecerem condições mínimas de acessibilidade ou também pela falta de preparo do corpo docente em promover a inclusão em atividades físicas, recreativas e em sala de aula. Pois, no que se refere aos alunos com deficiência física, esses têm capacidade cognitiva semelhante as dos demais alunos e podem participar e realizar as atividades com bom desempenho desde que as limitações físicas sejam contornadas (Machado, 1999).

No Brasil, todas as pessoas, incluindo as com deficiência, têm a garantia legal de acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Para isso, em se tratando de educação, deve ser oportunizada a equidade de condições de acesso, circulação e utilização dos espaços públicos, o que incide no reconhecimento e atendimento das necessidades específicas decorrentes da deficiência (Barbosa et al., 2012). Entretanto, muitos dos direitos assegurados esbarram-se nas condições arquitetônicas (Manzini et al., 2003). Um espaço, quando acessível a todos, é capaz de oferecer igualdade de oportunidades a todos os usuários (Bittencourt et al., 2004).

Neste contexto, ao se analisar a acessibilidade espacial do deficiente físico na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina, com base nos critérios e parâmetros técnicos constantes na ABNT NBR 9050/2015 e requisitos legais e normativos complementares, constatou-se a existência de barreiras

arquitetônicas, tanto pela inexistência de condições de acesso, quanto por especificações incorretas dentre os aspectos analisados.

No que se refere ao estacionamento, aos sanitários coletivos, ao auditório, às quadras de esportes e presença de símbolos internacionais de acesso (SAI), tem-se ambientes 100% não conformes.

Nas calçadas ou passeios públicos verificam-se inconformidades quanto às guias rebaixadas para pedestres, ou seja, 33,3% das condições de acessibilidade não foram atendidas, principalmente em decorrência das rampas e abas laterais não possuírem inclinação máxima de 8,33% e largura mínima de 1,5 m.

Em relação à circulação vertical, tem-se 75% dos aspectos analisados não conformes e somente 25% deles parcialmente conformes, pois, mesmo havendo edificação com 3 pavimentos, não há elevadores, plataformas elevatórias e até mesmo as escadas e corrimãos não se encontram adequadas, o que impossibilita o acesso do aluno com deficiência físico às salas de aulas, laboratórios, sanitários e auditório localizados no 1º e 2º andares. Em se tratando das rampas, muitas delas apresentam aspectos dimensionais inadequados.

Quanto aos acessos principais, secundários e esquadrias, 100% dos requisitos estão parcialmente conformes, ou seja, os parâmetros normativos não são atendidos na totalidade no que se refere às características dos pisos, às rampas, à presença de equipamentos eletromecânicos, à presença de capachos com altura inferior a 0,5 cm, aos desníveis inferiores a 2,0 cm não chanfrados e às dimensões das portas de acesso.

No que tange à circulação horizontal e biblioteca, observam-se os maiores índices de conformidade, ou seja, 50% das condicionantes atendidas e 50% delas parcialmente atendidas. Observou-se na circulação horizontal a característica dos pisos e a largura mínima de 0,9 m aplicável aos corredores. Ademais, na biblioteca avaliou-se os espaços de circulação, de modo a possibilitar o livre trânsito de cadeirantes, além das características dos mobiliários.

Dentre os mobiliários observados, tais como bebedouros, balcões de atendimento, assentos fixos, telefones públicos e aos constantes no interior das salas de aula e laboratórios (mesas e quadros brancos), 20% encontram-se conformes, 20% parcialmente conformes e 60% dos aspectos não conformes.

Quanto ao refeitório e cantina, 66,7% das condicionantes encontram-se parcialmente conformes e somente 33,3% estão adaptados aos deficientes físicos.

Sendo assim, na totalidade do ambiente escolar, têm-se 55% dos aspectos observáveis não conformes, 28% parcialmente conformes e apenas 17% conformes. Desta forma, é possível constatar que as barreiras arquitetônicas além de impeditivos de acesso, são também barreiras psicológicas ao deficiente físico, pois diariamente ressaltam a iminência da sua exclusão e inibem seu esforço na busca do reconhecimento social (Pagliuca, 2007).

5 CONCLUSÃO

Segundo Rodrigues (2004) as barreiras arquitetônicas têm que ser vistas não somente como um conjunto de rampas e medidas a serem respeitadas, mas como uma filosofia geral de acolhimento, conforto e facilidades em todas as dependências dos edifícios.

Nesta perspectiva, são salutares as reflexões acerca das dificuldades de acesso pela presença das barreiras físicas, pois contribuem para o repensar de práticas e proposições de ações, que podem favorecer a promoção de saúde e qualidade de vida das pessoas com deficiência, favorecendo a convivência e transformando atitudes e comportamentos, interferindo nas relações interpessoais e nos comportamentos das pessoas (Lamônica et al., 2008).

Ao final do presente estudo, verificou-se que nenhum dos ambientes analisados na Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dulcina estavam adaptadas em todos os aspectos avaliados, o que é alarmante, pois na presença das barreiras arquitetônicas a legislação brasileira está sendo desrespeitada e a qualidade dos serviços prestados pela instituição de ensino está comprometida.

Sendo assim, faz-se necessário, portanto, reconhecer os direitos legítimos e legais da acessibilidade e integração social das pessoas com deficiência física e promover a efetiva inclusão.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. NBR 9050/2015. Rio de Janeiro: 2015.

_____. Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. NBR NM 313/2007. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida — Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional Parte 1: Plataformas de elevação vertical. NBR ISO 9386-1: 2013. Rio de Janeiro: 2013.

_____. Saídas de emergência em edifícios. NBR 9077/2001. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO VALE DO RIO PARDO. Manual para Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: Um mundo para todos. Vale do Rio Pardo: **ADEFI. VRP**, 2004.

BARBOSA, Marily Oliveira; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico; DE MELO JÚNIOR, Arlindo Lins. Acessibilidade e inclusão nos contextos do ensino superior. CAMINE: Caminhos da Educação, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/641>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL, Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BITTENCOURT, L. S. et al. Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física. In: Anais do 2o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos10.pdf>> Acesso em: 11 fev. 2019.

_____. CONTRAN. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução nº 304, de 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção. Brasília, DF, 2008.

_____. SDH/PR, SNPD. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Manual de Adaptações de Acessibilidade: Anexos I, II e III. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/1358>> Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População estimada: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência de 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/nonoai.html?>> Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. População: pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>> Acesso em: 29 mai. 2019.

COSTA, Janaína Cardoso. Principais obstáculos para integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas da Rede Pública Estadual de Passo Fundo-RS. 2004.

COSTA, Janaína Cardoso; DE OLIVEIRA, Sheila Gemelli. Os principais obstáculos para integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas de Rede Pública Estadual da cidade de Passo Fundo. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 93-100, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4355>> Acesso em: 24 mai. 2019.

GALLO, Emanuela Cerutti; ORSO, Kelen Daiane; FIÓRIO, Franciane Barbieri. Análise da acessibilidade das pessoas com deficiência física nas escolas de Chapecó-SC e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **O Mundo da Saúde**, São Paulo: 2011; 35: p. 201-207. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/analise_acessibilidade_pessoas_deficiencia_fisica_escolas.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

MANZINI, E. J. et al. Acessibilidade em ambiente Universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: Uel, 2003. p.185-192. **Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial**, v. 9.

DE MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 1, p. 111-130, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 mai. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 851-873, 2010.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin; ARAÚJO-FILHO, Pedro; SIMOMELLI, Simone Berriel Joaquim; CAETANO, Vera Lygia Santos Butignoli; REGINA, Márcia Regina Rodrigues; REGIANI, Denise Maria. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 2, p. 177-188, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mai. 2019.

LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo. Convention on the rights of persons with disabilities, its optional protocol and accessibility. 2009. 229 f. Dissertação, Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8653>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

MACHADO, Flavia Amaral. As dificuldades do aluno portador de deficiência física no processo de adaptação social em escola regular no município de Porto Alegre. 1999. 79 p. Monografia. Universidade Luterana do Brasil–ULBRA, Canoas, 1999.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; DE ARAÚJO ARAGÃO, Antônia Eliana; ALMEIDA, Paulo César. Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 41, n. 4, p. 581-588, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n4/06>> Acesso em: 01 jun. 2019.

RODRIGUES, David. A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. **Revista Educação Especial**, p. 09-15, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4951>> . Acesso em 02 jun. 2019.

SIQUEIRA, Fernando Carlos Vinholes; FACCHINI, Luiz Augusto; DA SILVEIRA, Denise Silva; PICCINI, Roberto Xavier; THUMÉ, Elaine; TOMASI, Elaine. Barreiras arquitetônicas a idosos e portadores de deficiência física: um estudo epidemiológico da estrutura física das unidades básicas de saúde em sete estados do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 39-44, fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mai. 2019.

TAGLIARI, Carina; TRÊS, Francesca; DE OLIVEIRA, Sheila Gemelli. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **Revista Neurociências**, v. 14, n. 1, p. 10-14, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8781>>. Acesso em: 17 mai. 2019.